



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS  
Termo de Referência

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019.

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de licença de uso de software e serviços de solução tecnológica visando atender à necessidade de sistematização das informações do esquema operacional de linhas de navegação das embarcações autorizadas com vistas ao melhor desempenho das atividades de outorga, fiscalização e regulação da Agência, numa solução adequada ao seu registro e acompanhamento, incluindo características de mobilidade e geolocalização, com vistas ao desenvolvimento tecnológico e inovação no setor de transporte, para o assessoramento dos gestores na tomada de decisões e análise de dados pelos setores operacionais e técnicos das áreas fim da agência.

1.2. O objeto deve incluir licença de uso do tipo assinatura e respectivo suporte do software a ser provido como serviço na nuvem, para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

**2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**

2.1. A contratação visa atender através de ferramenta de Tecnologia da Informação os pressupostos de governança da Administração Pública, bem como continuar a ofertar ao mercado regulado, órgãos de controle e público externo dados do modal aquaviário relativos aos esquemas operacionais das linhas de navegação do transporte aquaviário.

2.2. A contratação pretendida de serviço comum compreende a prestação de serviços de:

- Fornecimento de licença de uso de software e seu respectivo treinamento e suporte pelo prazo de 12 meses, renováveis até 36 meses.

2.3. A solução deverá atender as características técnicas descritas no item 15.

**3. BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO**

Item	CATMAT/CATSER	Descrição	Quantidade
1	26077	Licença de Uso do tipo assinatura de software para gestão dos dados do transporte público aquaviário e gerenciamento das linhas de navegação	1
2	26007	Licença de Uso do tipo assinatura para o Módulo portal web de geração das informações do sistema no padrão GTFS (General Transit Feed Specification).	1
3	26000	Suporte técnico e manutenção pelo período de 12 meses.	1

**4. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

4.1. O desenvolvimento de atividades que possibilitem o efetivo assessoramento do processo decisório, sobretudo nos dias atuais, exige o uso de tecnologias modernas em proveito de políticas públicas de caráter estratégico, a exemplo daquelas implementadas na esfera da logística portuária.

4.2. Nesta perspectiva, há necessidade de manipulação, análise e tratamento de grandes volumes de dados, impondo a utilização de soluções modernas, capazes de viabilizar o tratamento de informações de maneira rápida, prática, interativa, de forma inteligente e dinâmica, utilizando diferentes formatos de dados disponibilizadas pelas tecnologias de prateleira do mercado, às quais não é possível acompanhar com desenvolvimento interno haja vista a especialidade e experiência profissional requeridas.

4.3. O desenvolvimento de atividades que possibilitem o efetivo assessoramento do processo decisório, sobretudo nos dias atuais, exige o uso de tecnologias modernas em proveito de políticas públicas de caráter estratégico, a exemplo daquelas implementadas na esfera da logística portuária.

- 4.4. Nesta perspectiva, há necessidade de manipulação, análise e tratamento de grandes volumes de dados, impondo a utilização de soluções modernas, capazes de viabilizar o tratamento de informações de maneira rápida, prática, interativa, de forma inteligente e dinâmica.
- 4.5. A maioria dos sistemas de informação hoje existentes é voltada ao atendimento de necessidades operacionais, ficando as informações dispersas inservíveis para uma abordagem estratégica mais apurada. Todavia, na medida em que o uso da TI foi sendo disseminado, o nível de exigência dos administradores e as possibilidades de uso da informação foram aumentando, o que os levou a requerer informações mais trabalhadas aos níveis tático e operacional que, por sua vez, passaram a ter de vasculhar os dados disponíveis e correlacioná-los para atender tal demanda;
- 4.6. Essa é hoje a realidade de grandes órgãos na Administração Pública: seus sistemas corporativos consistem numa fonte de abundante informação sobre os mais diversos temas da Gestão Administrativa. Todavia, não há meios de obter informações consolidadas que subsidiem a tomada de decisões e a formulação de políticas públicas com a celeridade necessária.
- 4.7. Tendo em vista as limitações e dificuldades acima mencionadas, há iniciativas no mercado no sentido de fornecer ferramentas que permitam gerar dados das bases em repositório único e adequadamente organizado, de modo que o usuário possa estabelecer, por sua própria iniciativa, as correlações de dados necessárias à sua pesquisa.
- 4.8. A gestão das informações do esquema operacional afeta todos os setores finalísticos da Agência. Registro e atualização cadastral, dimensionamento da atuação dos operadores, estruturação e sistematização das informações de preço, acompanhamento e fiscalização da prestação do serviço são algumas das competências da Agência que dependem da gestão da informação do esquema operacional.
- 4.9. Sob a perspectiva externa, na relação da ANTAQ com a sociedade brasileira e internacional, pontua-se a obrigação da ANTAQ de dispor as informações sob a sua guarda à sociedade, de acordo com a sua relevância e propósito, de maneira agrupada, adequadamente padronizada e apresentada. O consumo das informações públicas por aplicativos de roteirização online fomentará o desenvolvimento tecnológico e a inovação no transporte público aquaviário.
- 4.10. Assim, têm-se por relevante a sistematização das informações do esquema operacional do transporte aquaviário numa solução adequada ao seu registro e acompanhamento, com vistas ao desempenho das competências setoriais da Agência.

## 5. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos 2021 a 2024
R1	Promover um ambiente regulatório confiável, estável e que transita segurança jurídica.
R2	Fortalecer a fiscalização e sua atuação responsiva, a fim de assegurar o serviço adequado
R3	Aumentar o conhecimento sobre o mercado regulado
R9	Intensificar o uso de soluções tecnológicas na gestão processual
ALINHAMENTO AO PDTIC 2022-2024	
ID	Ação do PDTIC
45	Computação em nuvem (A ser publicado - nº provisório)

ALINHAMENTO AO PAC 2022 (1478322)	
Nº	ITEM DO PAC 2022
98	Software como Serviço (SaaS) (Computação em nuvem)

## 6. ESTIMATIVA DOS QUANTITATIVOS DA DEMANDA

- 6.1. A estimativa dos quantitativos da demanda está diretamente correlacionada ao conjunto de bens e serviços que está sendo adquirido nesta contratação, conforme item 3. As quantidades e especificações foram definidas tendo como base a estrutura atual dos ambientes contemplados, tendo sido realizadas análises técnicas e vistorias, avaliando assim a necessidade de cada item, descritos neste Termo de Referência e respectivas quantidades a serem

contratadas. A solução busca atender também a necessidade de treinamento e suporte ao usuário final no uso da ferramenta ou em caso de problemas/desfuncionalidades.

## 7. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC

7.1. A contratação será realizada em um único lote/grupo. A contratação das soluções em um único grupo justifica-se pela necessidade de integração do serviço, possibilitando uma visão unificada, rápida e precisa quanto à realidade da Agência, dispensando custos adicionais e reduzindo os custos operacionais de gestão de vários contratos, garantindo ainda um mesmo padrão de interoperabilidade. Há de se considerar ainda o ganho de escala de uma solução completa, uma vez que não há sobreposição de fornecimento de serviços, por exemplo.

7.2. Para garantir o funcionamento pleno da solução, a atuação da equipe de apoio precisa ser célere e efetiva, já que o atraso na atuação aumentaria o risco de indisponibilidade da solução. Uma possível falta de integração entre equipes múltiplas dificulta a atuação precisa na atuação em possíveis incidentes.

7.3. Em termos econômicos, a alternativa não se revelaria vantajosa para a administração, uma vez que o preço final de toda a solução certamente seria consideravelmente maior.

7.4. Ademais, saliente-se que, com o gerenciamento centralizado da solução, é possível:

- Reduzir os riscos de indisponibilidade, resolvendo incidentes de forma tempestiva e mais rápida;
- Diminuir os custos, simplificando a gestão de apenas um contrato, reduzindo tempo e garantindo a produtividade e eficiência administrativa;
- Minimizar a complexidade, criando uma estrutura de gerenciamento centralizada e integrada.

7.5. Além disso, trata-se de solução indivisível, não sendo possível seu particionamento vez que o suporte técnico e manutenção estão atrelados ao número de licença de uso do tipo assinatura da solução que se pretende adquirir.

## 8. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

8.1. A solução escolhida além de estar alinhada às necessidades de negócio da ANTAQ e aos requisitos tecnológicos, espera-se que a contratação subsidie a Agência na gestão das linhas de navegação de passageiros de forma eficiente, por meio da sistematização das informações do esquema operacional, tanto no transporte do tipo longitudinal como no transversal.

8.2. De forma específica, almeja-se sistematizar as informações em sistema próprio, permitindo à Agência:

- Gerir as linhas de navegação autorizadas;
- Registrar todos os esquemas operacionais autorizados de forma eficiente;
- Registrar alterações temporárias nos esquemas operacionais, como paralizações e alterações de itinerários, embarcação, dias e horários;
- Emitir alertas de alterações nos serviços, como paralizações e alterações de itinerários aos usuários;
- Armazenar o histórico das alterações;
- Manter relacionamento do banco de linhas de navegação com outras bases de dados e aplicações da ANTAQ;
- Dispor de indicadores de acompanhamento das linhas de navegação autorizadas;
- Dispor de relatórios de consulta de esquema operacional em tempo útil;
- Dispor de funcionalidade de geoprocessamento para acompanhamento das linhas de navegação;
- Dispor de funcionalidade para que os operadores peticionem alterações diversas nos esquemas operacionais autorizados;
- Dispor de ferramenta que possibilite o acompanhamento da prestação do serviço em tempo real;
- Realizar o dimensionamento da atuação dos operadores nas linhas de navegação;
- Realizar o acompanhamento dos preços praticados no transporte longitudinal de passageiros;
- Estruturar as informações do esquema operacional disponibilizadas à sociedade de acordo com a sua relevância e propósito;
- Disponibilizar as informações do esquema operacional no formato General Transit Feed Specification - GTFS, padrão internacional de interoperabilidade de base de dados de transporte público;
- Permitir o consumo das informações públicas por serviços de roteirização online;

## 9. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Parte das informações disponíveis na ANTAQ são oriundas da outorga dos serviços. São informações de identificação da linha de navegação, da frota, do itinerário, do preço praticado. Outra parte vem do acompanhamento da prestação dos serviços, como por exemplo: alterações de preço e do esquema operacional, ocorrência de interrupção ou paralização dos serviços.

9.2. Considerando a necessidade de sistematização das informações para alcançar os objetivos estabelecidos e considerando o provimento da base de dados pública no padrão internacional de interoperabilidade, o GTFS, dentre as aplicações encontradas no mercado, a que melhor desempenha tais funções, na visão da análise da área requisitante dos softwares de gestão de linhas e sistemas de informação ao passageiro - destacou-se a ferramenta **Mobilibus**, presente nas cinco regiões brasileiras, uma solução de gerenciamento operacional e informação ao usuário. Dentre as ferramentas disponíveis, destaca-se para os fins deste projeto, o editor GTFS e GIS (Geographic Information System), que consolida informações operacionais como: pontos de parada, itinerários, grade horária; com interface de exportação para websites, aplicativo mobile e serviços de roteirização, incluindo painéis informativos e códigos QR Code para os pontos de parada. A tecnologia Mobilibus está presente no transporte rodoviário urbano de municípios como Campina Grande, Campo Grande, Santa Cruz do Sul e Uberaba. A solução também acumula experiência no transporte aquaviário atuando no transporte de travessia de passageiros entre Santos - São Vicente de Carvalho e São Sebastião - Ilhabela, ambos estuário de Santos, estado de São Paulo.

## 10. REQUISITOS DE NEGÓCIO

10.1. No exercício das suas funções, a ANTAQ tem por finalidade garantir a movimentação de pessoas e bens como também harmonizar os interesse dos usuários e autorizados, preservando o interesse público (art. 20, II, e art. 27, XXI, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001). Nesse quadro, o acompanhamento do esquema operacional das EBNs é essencial à atividade regulatória da Agência.

10.2. Atualmente encontram-se em operação 155 linhas de navegação de passageiros autorizadas, sendo 57 no transporte longitudinal e 98 no transporte transversal. As normas da Agência conceituam linha de navegação como o serviço executado na ligação de dois pontos extremos. A definição dos

demais parâmetros da linha de navegação, como pontos intermediários, dias e horários e preços praticados, são registrados no esquema operacional autorizado. Duas autorizações distintas podem ter, portanto, a mesma linha de navegação (ou seja, a mesma origem e destino), mas pontos intermediários diferentes. Dessa forma, a gestão das linhas de navegação não se limita ao universo de linhas, mas sim ao universo dos esquemas operacionais.

10.3. Em dezembro de 2020, estavam autorizados pela ANTAQ 383 (trezentos e oitenta e três) Empresas Brasileiras de Navegação (EBN). A frota disponível era de 690 (seiscentos e noventa) embarcações. A depender do tipo de autorização, cada embarcação segue um esquema operacional próprio, com origem, destino, pontos de parada, dias e horários de operação, tabela de preços.

10.4. É prática dos setores da ANTAQ assumirem o Corporativo como fonte primária das autorizações da Agência; ou seja, o cadastro de empresa, embarcações e termos de autorização. Considerando as limitações do Corporativo, a Agência desenvolveu sistemas específicos para gestão de dados secundários às autorizações. Cita-se o Sistema de Desempenho da Navegação (SDN), que consolida informações operacionais das empresas de navegação; o Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários (APP), que registra os preços praticados dentro da área de um porto; o Sistema de Afretamento da Navegação Marítima e de Apoio (SAMA), que controla os registros dos afretamentos feitos nas navegações outorgadas pela Agência; o Sistema de Outorgas Portuárias (Arrendamento V2), que tem por finalidade o cadastro dos instrumentos contratuais de exploração de áreas e instalações portuárias, bem como a visualização de relatórios gerenciais.

10.5. Sob a perspectiva externa, na relação da ANTAQ com a sociedade, pontua-se a obrigação da ANTAQ de dispor as informações sob a sua guarda à sociedade. Ela está prevista na Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. De acordo com a LAI, a publicidade e a transparência das informações é a regra e o sigilo é exceção. O art. 8 da LAI prevê a obrigatoriedade dos órgãos divulgarem suas informações, independente de requerimentos feitos pela sociedade. Ressalta-se, contudo, a necessidade de se estruturar as informações disponibilizadas de acordo com a sua relevância e propósito, de maneira agrupada, adequadamente padronizada e apresentada.

10.6. No âmbito do transporte global, diversos países estão desenvolvendo sistemas inteligentes com foco em aumentar a qualidade do serviço oferecido ao passageiro, informando horários e rotas em tempo real e reduzindo os tempos de espera, de forma a atrair mais usuários para o transporte público, e por consequência aumentar a sua base de arrecadação.

10.7. Orientada pelo Comitê Europeu de Normalização (CEN), a prática internacional tem adotado padrões para novas tecnologias e práticas de regulação com vista à padronização e interoperabilidade no setor dos transportes de passageiros. O modelo de padronização para base de dados de transporte público mais utilizado pelo mercado nacional e internacional é o General Transit Feed Specification - GTFS. Ele permitem o consumo das informações públicas por aplicativos de planejamento de rotas. A aplicação do modelo à navegação interior possibilitará que os serviços de roteirização online, como o *Google Maps*, incluam o serviço de transporte aquaviário de passageiros entre as opções de viagem. Ademais, os softwares de roteirização poderão fornecer aos usuários links para negociação do bilhete de passagem, fomentando o desenvolvimento tecnológico, a inovação no transporte aquaviário de passageiros.

10.8. Por todo o exposto, tem-se por suficiente a caracterização da necessidade de sistematização das informações do esquema operacional do transporte aquaviário numa solução adequada ao seu registro e acompanhamento, com vistas ao melhor desempenho das atividades setoriais da Agência e fomento do desenvolvimento tecnológico e inovação no setor de transporte.

10.9. Esta contratação está alinhada ao objetivos estratégico da Agência Nacional de Transportes Aquaviários e fará parte do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2022/2023 a ser aprovada pela Diretoria Colegiada.

#### ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Regulação da Navegação/Superintendência de Regulação	Isaac Monteiro do Nascimento

#### 11. REQUISITOS LEGAIS

11.1. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 – artigos nº 37, inciso XXI, §§ 1º, 4º, 5º, 6º; 170, IX; 173; 175, Parágrafo Único, I a IV; 195, § 3º;

11.2. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações na esfera dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

11.3. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 – Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

11.4. Decreto nº 7.174/2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

11.5. Decreto nº 7.746/2012: Estabelecem critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

11.6. Acórdão 313/2004 – TCU Plenário – Manifestou entendimento de que a Lei nº 10.520/2002 revogou as disposições contrárias a ela contidas no Decreto nº 1.070/1994, onde exigia “técnica e preço” para toda e qualquer licitação para contratação de “bens e serviços”.

11.7. Acórdão nº 1099/2008 – TCU Plenário – Manifestou entendimento de que, havendo dependência entre os serviços que compõem o objeto licitado, a opção pelo não parcelamento mostra-se adequada, no mínimo do ponto de vista técnico.

11.8. Instrução Normativa SEGES /MP nº 05/2017: Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

11.9. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

11.10. Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

11.11. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

11.12. A solução deverá observar todas as normas relativas à comercialização de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações, aos direitos de Propriedade e Autorais, fornecimento de serviços e outras normas pertinentes, além das normas do Código de Defesa do Consumidor (Decreto Presidencial nº 2.181, de 20 de março de 1997) e do Código Civil (Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015).

11.13.

#### 12. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO

12.1. Os requisitos de manutenção serão cobertos pela assinatura do software como serviço.

#### 13. REQUISITOS TEMPORAIS

13.1. A provisão do software, seu treinamento na forma de uso e o suporte ao usuário constantes deste Termo de Referência deverão ser iniciados sob responsabilidades entre as partes por período definido, sob contrato regido pelos requisitos legais acima, observando-se o objeto deste Termo de Referência.

#### 14. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

14.1. No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável – em destaque às Instruções Normativas 05/2017/SEGES e 01/2019/SGD – a CONTRATADA deverá priorizar, para a execução dos serviços, a utilização de bens que sejam no todo ou em partes compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

14.2. A CONTRATADA deve responsabilizar-se pela correta destinação final todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos que necessitam de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias), deverão ter seu descarte adequado, obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, se comprometendo a aplicar o disposto nos artigos de 31 a 33 da Lei nº 12.305/2010 e nos artigos 13 a 18 do Decreto nº 7.404/2010, principalmente, no que diz respeito à LOGÍSTICA REVERSA.

#### 15. REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA

15.1. Software para gestão dos dados do transporte público aquaviário para gerenciamento das linhas de navegação das embarcações autorizadas com as seguintes características:

15.2. A solução deverá atender aos padrões técnicos conforme normas do E-Ping do Governo Federal;

15.3. Trata-se de Licença de uso do tipo assinatura para software provido como serviço, na nuvem, com número ilimitado de usuários;

15.4. A limitação da quantidade de usuários deverá ser apenas pela capacidade de processamento do servidor;

15.5. Garantir que todos os aplicativos usem fontes de dados geradas pela própria ferramenta, sem gerenciamento de conexões e de bancos de dados por parte do usuário;

15.6. O acesso é controlado por meio de regras de segurança;

15.7. Possuir uso em português, tanto o conteúdo como também os menus e diálogos, exceto palavras reservadas de programação;

15.8. Prover ajuda on-line, bem como manual de usuário;

15.9. A solução não deverá possuir limitação técnica para o crescimento do número de usuários;

15.10. Prover recursos de escalabilidade horizontal (acréscimo de computador servidor) ou escalabilidade vertical (upgrade hardware) na hipótese de lentidão do sistema;

15.11. A ferramenta deverá permitir que todos os dados extraídos do ambiente transacional fiquem armazenados no próprio servidor da aplicação, sem a necessidade de utilização de servidores de banco de dados adicionais nem de Armazém de Dados – Data Warehouse (OLAP ou relacional);

15.12. A ferramenta deve oferecer análises estatísticas, seja dos trajetos mapeados, seja da utilização do sistema pelos usuários;

15.13. Permitir a conexão de forma segura e acessível, se possível em canais seguros de comunicação criptografada;

15.14. Possibilidade de gerenciar informações de pontos de parada, itinerários, grade horária; com interface de exportação para websites, aplicativo mobile e serviços de roteirização, incluindo painéis informativos e códigos QR Code para os pontos de parada.

15.15. Possuir editor GTFS e GIS (Geografic Information System), que consolida informações operacionais;

15.16. Permitir cadastrar os pontos de parada de forma única, identificando seu código, coordenadas geográficas, breve descrição e relacionamento com estações e terminais;

15.17. Permitir cadastrar linhas de navegação das embarcações que prestam serviço de transporte público (transporte longitudinal e de travessia), associando a elas siglas, a empresa de navegação autorizada, diferenciação por cores, tipos e categorias;

15.18. Permitir cadastrar os itinerários de cada linha, identificando o sentido, o trajeto georreferenciado, a sequência de pontos de parada, os respectivos tipos de embarque e desembarque e preço médio dos serviços.

15.19. Permitir desenhar e manter os trajetos dos itinerários, através de componente de mapa incorporado à própria ferramenta;

15.20. Permitir cadastrar, individualmente, a programação de cada viagem executada para cada linha, itinerário e sentido, onde devem ser indicados os horários de chegada e partida em cada ponto de parada do respectivo itinerário. Deve ser permitida, inclusive, a configuração de viagens que iniciam em um dia e terminem num dia posterior;

15.21. Permitir o preenchimento manual de todos os horários de partida e os tempos de viagens entre um ponto de parada ao ponto de parada seguinte;

15.22. Permitir cadastrar calendários de operação dos itinerários por tipo de dias e por períodos, associando datas inicial e final e dias da semana em que o referido itinerário estará em vigor. Deve ser possível, também, definir datas consideradas exceções nos calendários (por exemplo, feriados);

15.23. Ser compatível com o sistema de coordenadas geográficas e vias hidroviárias de soluções de mercado que utilizem dados de transporte público no padrão GTFS (General Transit Feed Specification);

15.24. Módulo para disponibilizar a população de dados de transporte público, com as seguintes características:

15.25. Interface web amigável de consulta dos dados de transporte público da ANTAQ;

15.26. Localização de linhas que passam próximos a um determinado ponto consultado;

15.27. Pesquisa on-line de linha de embarcação, com itinerário detalhado e tabela de horários;

15.28. Pesquisa on-line de rota baseada em endereço inicial e final desejado pelo usuário por meio da aplicação de rotas (direta, com integração ou simples mudança de embarcação);

15.29. Consulta às informações dos itinerários das embarcações, através de busca por logradouro, pontos pré-cadastrados (mobiliário urbano), nome da linha hidroviária, nomes dos pontos de parada e terminais hidroviários. Nesta funcionalidade será disponibilizada rota ponto a ponto, visualização no mapa e acesso via *smartphones* com acesso à internet.

15.30. Permitir a exportação de dados no formato GTFS (General Transit Feed Specification) – formato aberto de especificação geral sobre transporte público;

15.31. Permitir a exportação e integração com soluções de mercado que disponibilizem os dados de transporte público (Google Maps, Here Maps, Moovit e correspondentes);

**16. REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO**

16.1. Deve haver o uso das melhores práticas e normas regulatórias reconhecidas no mercado brasileiro e mundial tais como:

- ITIL - Information Technology Infrastructure Library – serviços de TI baseado nas melhores práticas;
- PMI – gestão de serviços baseado nas melhores práticas do PMI-Instituto de Gestão de Projetos

**17. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO**

17.1. A contratada deverá:

17.2. Atender as reclamações da CONTRATANTE sobre falhas no serviço;

17.3. Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução deste instrumento;

17.4. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

17.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

17.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

17.7. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento do objeto;

17.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**18. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE**

18.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de aplicação de sanção/penalidade administrativa e/ou legal, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos, assinando para tal o Termo de Sigilo do Anexo I.

18.2. A solução deve ser parametrizada ou possuir mecanismos para que haja administração preventiva na questão de vazamento de dados, fraudes digitais, gestão de riscos, rastreabilidade por log ou auditoria, dados de pessoas usuárias, classificação das informações e processo normatizado de tratamento de incidentes.

**19. RESPONSABILIDADES**

19.1. Deveres e responsabilidades da **CONTRATANTE**

19.2. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

19.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceitas;

19.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

19.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

19.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

19.7. Deveres e responsabilidades da **CONTRATADA**

19.8. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;

19.9. Prestar os serviços por pessoal técnico especializado para a instalação, configuração, parametrização e outras implementações necessárias à utilização plena da solução;

19.10. Transferir conhecimento da operação das soluções implantadas à equipe da CONTRATANTE;

19.11. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

19.12. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

19.13. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

19.14. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

19.15. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

19.16. Executar o objeto do contrato em estreita observância aos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

19.17. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;

19.18. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

19.19. Executar os serviços, de acordo com o disposto no contrato e seus anexos;

- 19.20. Efetuar as suas expensas todos os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do Contrato;
- 19.21. Acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação específica do trabalho;
- 19.22. Solicitar, em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento das suas obrigações contratuais, exceto aquelas que já forem de responsabilidade do contratado;
- 19.23. Efetuar todos os pagamentos, inclusive os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, comercial e fiscal, e de quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora, inclusive os resultantes de acidente no trabalho, não transferindo em nenhuma hipótese para a Contratante eventuais ônus decorrentes do inadimplemento de tais obrigações.

## 20. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 20.1. A execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, serão acompanhados e fiscalizados por representantes da Contratante.
- 20.2. A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade dos representantes da Contratante nomeados para participar da fiscalização do contrato.
- 20.2.1. Papéis e Responsabilidades

	Papel	Responsabilidades
GRI	Gestor do Contrato	Declarar formalmente e periodicamente que os serviços estão sendo prestados conforme as especificações solicitadas; encaminhar indicação de sanções para a área administrativa; confeccionar e assinar o termo de recebimento definitivo para fins de pagamento; autorizar emissão de nota fiscal e atestar se foram prestados os serviços a que se refere; encaminhar para a área administrativa, eventuais pedidos de modificação contratual; manter os registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato.
SAF	Fiscal Administrativo	Verificar aderência dos serviços aos termos contratuais e atestar as regularidades fiscais, trabalhistas, cadastrais e previdenciárias da CONTRATADA, para fins de pagamento.
Contratada	Preposto	Representar a empresa contratada, acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual, sem que exista a pessoalidade e a subordinação direta com a Administração Pública nem a necessidade de presença física rotineira na agência.

- 20.2.2. Mecanismos formais de comunicação
- 20.2.2.1. A comunicação para troca de informações entre a contratada e a Administração se darão entre:
- 20.2.2.2. Emissor e Destinatários da CONTRATANTE: Fiscais técnico e administrativo e Gestor do Contrato;
- 20.2.2.3. Emissores e Destinatários do CONTRATADO: preposto ou o seu representante legal.
- 20.2.2.4. Periodicidade: sempre que se fizer necessária a comunicação entre a CONTRATANTE e o CONTRATADO.
- 20.2.2.5. Estabelecem-se como mecanismos formais de comunicação aqueles documentos que sejam enviados via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), além dos seguintes:
- I - Ordem de Serviços;
  - II - Ata de reunião;
  - III - Ofício;
  - IV - Sistema de abertura por telefone ou e-mail.

## 21. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS

- 21.1. Os níveis mínimos de serviços são indicadores mensuráveis estabelecidos para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação, e seus objetivos são:
- Manter os níveis de disponibilidade e funcionalidade do software.
  - Permitir governança, continuidade, confiabilidade e escalabilidade dos serviços de TI providos pela empresa.
- 21.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar para a CONTRATANTE uma Central de Atendimento (sítio na Internet, mensagem eletrônica ou telefone) para consultas, aberturas de chamados técnicos e envio de arquivos para análise, no horário comercial, durante a vigência do contrato.
- 21.3. A CONTRATADA deverá oferecer suporte técnico referente ao software contratado pelo período de 12 meses contados a partir da assinatura do contrato.
- 21.4. A CONTRATADA deverá prestar o suporte em horário comercial das 08:00 as 18:00 de segunda-feira a sexta-feira.
- 21.5. Suporte remoto: Prestar suporte telefônico, por e-mail ou através da web dentro dos horários previstos.
- 21.6. A CONTRATADA deverá iniciar as ações para solução dos problemas reportados, no tempo previsto, conforme o grau de severidade definido pela CONTRATANTE, acordado neste Termo de Referência referenciado em cláusula do contrato conforme nível de serviço (SLA – *Service Level Agreement*) descrito a seguir:

TABELA GRAU DE SEVERIDADE X TEMPO DE ATENDIMENTO

Nível 1	Ferramenta inoperante. Atendimento em até 08 (oito) horas, com Solução em 48 horas.
---------	---

Nível 2	Problema Crítico (impacto na operação). Atendimento em até 24 (vinte e quatro) horas, com Solução em 96 horas.
Nível 3	Problema sem impacto em operação. Atendimento em até 24 (vinte e quatro) horas, com Solução em 7 (sete) dias.
Nível 4	Consulta. Atendimento em até 24 (vinte e quatro) horas, com Solução em 7 (sete) dias.

#### 21.7. Manutenção

- 21.7.1. A CONTRATADA deverá fornecer as manutenções corretivas garantindo o perfeito funcionamento da solução durante o período de vigência do contrato sem custos adicionais à CONTRATANTE.
- 21.7.2. No período de vigência do contrato a CONTRATANTE terá o direito às atualizações evolutivas de versão, sem custos, disponibilizadas pela CONTRATADA.
- 21.7.3. As manutenções adaptativas serão objeto de contrato a parte, não fazendo parte do objeto deste contrato.
- 21.7.4. O conjunto de softwares constante no OBJETO deverá ser configurado, implantado e ativado para uso da CONTRATANTE, no prazo de até 45 dias a partir da assinatura do contrato, que inclui no mínimo as seguintes etapas:
- 21.7.5. Preparar o sistema para a instalação na infraestrutura disponibilizada pela CONTRATANTE se aplicável.
- 21.7.6. Instalar o sistema na infraestrutura disponibilizada pela CONTRATANTE se aplicável.
- 21.7.7. Realizar testes unitários e integrados para garantir o correto funcionamento do sistema de acordo com o esperado e conforme as configurações de negócio efetuadas e dados carregados/migrados.

#### 22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

- 22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
- 22.2. não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 22.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.4. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 22.5. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 22.6. cometer fraude fiscal.
- 22.7. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 22.8. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 22.9. Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado no fornecimento do software, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- 22.10. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, no caso, caracterizada pelo não fornecimento das licenças após 10 (dez) dias úteis do fim do prazo contratual;
- 22.11. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 22.12. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até dois anos na hipótese de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da Contratada ou a pedido desta, garantida prévia defesa, independente das demais sanções cabíveis.
- 22.13. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 22.14. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 22.15. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- 22.16. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 22.17. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.19. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 22.20. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.21. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.22. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 23. DO PAGAMENTO

- 23.1. O pagamento referente ao início do contrato será efetuado conforme o valor contratado, em parcelas mensais, mediante a apresentação de Nota Fiscal, emitida em moeda corrente Nacional, quando será procedido o ateste pela GRI.
- 23.2. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, a contar do ateste da Nota Fiscal.



23.3. Se a Fatura/Nota Fiscal for apresentada em desacordo ao contratado ou com irregularidades, o prazo para pagamento ficará suspenso, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

23.4. O cronograma de execução físico-financeira se dará da seguinte forma:

Tarefa	Dias Úteis	Atividade	Responsável
A	Do+10	Indicação do preposto	Contratada
B	A+15	Apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) para pagamento após o início dos serviços	Contratada
C	B+10	Realização do pagamento	GRI/SAF

Do – Data da assinatura do contrato

#### 24. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

24.1. O valor máximo total para a contratação por 12 meses é de estimados R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais) para todos os itens conforme item 3.

#### 25. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

25.1. O cronograma físico-financeiro se resume ao tempo processual até a homologação, com a reserva orçamentária a ser solicitada como crédito disponível no SIAFI no mês a que se vai empenhar e no mês a que se vai pagar.

Fontes de recurso: **0129392510**

Programa de Trabalho: **0032** - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo

Ação: **2000** - Administração da Unidade

Plano Orçamentário: **0002** - Manutenção Administrativa

Plano de Trabalho Resumido (PTRes): **174696**

Plano Interno (PI): **A2000**

Elemento de Despesa: **339040** - Serviços de Tecnologia da Informação

#### 26. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

26.1. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo, no interesse da administração, ser prorrogado por mais de 12 (doze) meses mediante Termo Aditivo, observado o limite máximo de 36 (trinta e seis) meses, desde que mantidas as condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

#### 27. DO REAJUSTE DE PREÇOS

27.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

27.2. Havendo a possibilidade de reajuste após o interregno de um ano, será aplicado o índice do ICTI (Índice de Custos de Tecnologia da Informação) da Fundação Instituto de pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade na hipótese dos valores praticados no Catálogo de Serviços de TIC acordado entre a fabricante do produto e o M.E não estar vigorando.

27.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

27.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

27.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

27.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

27.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

27.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 28. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

28.1. O critério da seleção do fornecedor será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

28.2. A classificação do objeto definido neste Termo de Referência é do tipo comum, embasada por legislação e por decisões e recomendações do TCU, conforme abaixo detalhado:

TCU -Acórdão 1.114/2006 – Plenário, onde se destaca: “[Relatório] 20. .... O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser ‘comum’, no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado. Sendo tal técnica bastante para atender às necessidades da Administração.... 21. ‘(...)...O que se exige é que a técnica neles envolvida seja conhecida no mercado do objeto ofertado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva no edital.

**29. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**

29.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Ordem de Serviço nº 179/2021/GLC/SAF (SEI Nº 1613094).

29.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 1, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

<p>Integrante Requisitante</p> <p>Isaac Monteiro do Nascimento</p> <p>Especialista em Regulação de Serviços</p> <p>de Transportes Aquaviários</p> <p>Matrícula/SIAPE: 177.489-3</p>	<p>Integrante Requisitante</p> <p>Pedro Henrique Soares</p> <p>Especialista em Regulação de Serviços</p> <p>de Transportes Aquaviários</p> <p>Matrícula/SIAPE: 2087320</p>	<p>Integrante Técnico</p> <p>KLEYN DA SILVA GUERREIRO</p> <p>Analista Administrativo</p> <p>Matrícula SIAPE nº 1297516</p>	<p>Integrante Adm</p> <p>THIAGO DE ME</p> <p>Analista Admir</p> <p>Matrícula SI</p> <p>173251</p>

Autoridade Máxima da Área de TIC
<p>_____</p> <p>CAMILO MUSSI</p> <p>Gerente de Tecnologia da Informação</p> <p>nº 1322954</p>

Brasília, 19 de maio de 2022.

Aprovo,

Autoridade Competente
<p>_____</p> <p>ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES</p> <p>Superintendente de Administração e Finanças</p> <p>Matrícula SIAPE nº 1294661</p>

Brasília, 19 de maio de 2022.

**ANEXO I**

**TERMO DE SIGILO**

1. A empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica estabelecida na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF \_\_\_\_\_, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente EMPRESA RECEPTORA, por tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

2. 1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva da ANTAQ reveladas à EMPRESA RECEPTORA em razão de possível celebração de contrato de prestação de serviços junto à ANTAQ.

3. 2. A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de idéia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e idéias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, dentre outros.
4. 3. A EMPRESA RECEPTORA compromete-se a não reproduzir e/ou dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da ANTAQ, das informações restritas reveladas.
5. 4. A EMPRESA RECEPTORA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou Líder Técnicos utilizem, de forma diversa da prevista no contrato de prestação de serviços a ANTAQ, as informações restritas reveladas.
6. 5. A EMPRESA RECEPTORA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou Líder Técnicos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços a ANTAQ, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.
7. 6. A EMPRESA RECEPTORA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou Líder Técnicos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.
8. 7. A EMPRESA RECEPTORA obriga-se a informar imediatamente a ANTAQ qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
9. 8. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data da assinatura de contrato entre a EMPRESA RECEPTORA e a ANTAQ. E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, a EMPRESA RECEPTORA assina o presente termo através de seus representantes legais.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_



Documento assinado eletronicamente por **Thiago de Mello Reck, Técnico Administrativo**, em 19/05/2022, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Soares, Gerente de Planejamento e Inteligência da Fiscalização**, em 19/05/2022, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Isaac Monteiro do Nascimento, Especialista em Regulação de Transportes Aquaviários**, em 19/05/2022, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Kleyn da Silva Guerreiro, Analista Administrativo**, em 19/05/2022, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camilo Mussi, Gerente de Tecnologia da Informação**, em 20/05/2022, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Ribeiro Pereira Lopes, Superintendente de Administração e Finanças**, em 20/05/2022, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1618509** e o código CRC **80000B66**.